

COMPLEMENTO DE OFICIAL DE JUSTIÇA - MATÉRIA BÁSICA

21ª EDIÇÃO - Cód.: 0173

DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

11. (Escrevente Técnico Judiciário - SP/2007) O direito à associação, previsto constitucionalmente como um direito fundamental, pode ser caracterizado pela

- a) liberdade de associação, pois ninguém poderá ser compelido a se associar ou a se manter associado.
- b) não intervenção estatal no funcionamento das associações, sendo necessária autorização para a constituição de cooperativas.
- c) possibilidade de dissolução de uma associação, por procedimento judicial ou administrativo.
- d) licitude do objeto da associação, admitindo-se a constituição de associações que possuam caráter paramilitar.
- e) transitoriedade, já que a associação deverá ter caráter transitório, pacífico e realizar-se em local público.

12. (Escrevente Técnico Judiciário - SP/2006) O direito de petição

- a) depende do pagamento de taxas.
- b) é exercido para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) não pode ser exercido em face do Poder Executivo.
- d) foi abolido com a Constituição de 1988.
- e) não é assegurado aos estrangeiros, ainda que residentes no Brasil.

15. (Escrevente Técnico Judiciário - SP/2007) Leia as seguintes afirmações:

I. Segundo o *caput* do art. 5.º da Constituição Federal, é assegurada a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Isso significa que não há qualquer diferenciação constitucional, em relação aos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, que os nacionais e estrangeiros gozam sob a égide da Carta da República.

II. As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, ou ainda, dos tratados internacionais dos quais nosso país fizer parte.

III. De acordo com o art. 5.º, § 3.º da Constituição Federal, os tratados internacionais que versarem sobre direitos humanos e forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

IV. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos. Porém, não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, os clérigos e, durante o período de serviço militar obrigatório, os conscritos.

São corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

16. (Escrevente Técnico Judiciário - SP/2007) Conceder-se-á mandado de injunção

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

38. (Escrevente Técnico Judiciário - SP/2007) A Constituição Federal dispõe em seu artigo 5.º que haverá penas

- a) de morte nos casos de guerra declarada.
- b) de caráter perpétuo.
- c) de trabalhos forçados.
- d) de banimento.
- e) cruéis.

GABARITO

11.A 12.B 15.C 16.B 38.A

Dos Direitos Sociais

13. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) É livre a associação profissional ou sindical, sendo correto afirmar que

- a) em regra, a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- b) é permitida a criação de mais de uma organização sindical e, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) o aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.

GABARITO

13. D

Da Nacionalidade**5. São brasileiros:**

- a) natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país.
- b) natos, os nascidos no estrangeiro, de pai, mãe, avô ou avó brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) naturalizados, os que na forma da lei adquiriram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por dois anos ininterruptos.
- e) naturalizados, os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos consecutivos, e com idoneidade moral.

8. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) É permitido ao brasileiro naturalizado exercer o cargo de

- a) Vice-Presidente da República.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Governador.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Ministro de Estado da Defesa.

GABARITO

5. C

8. C

Da Administração Pública**9. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) É correto afirmar que**

- a) o prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.
- c) são estáveis após 2 anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) a lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- e) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.

10. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Com relação à acumulação de funções e vencimentos dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a acumulação de cargos constitucionalmente é permitida, desde que se trate de acumulação de um cargo técnico ou científico com um cargo de professor, sem cumulação de vencimentos de cada função.
- b) a acumulação de cargos é excepcionalmente permitida, no caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, com a acumulação dos vencimentos de cada função.
- c) o servidor investido no mandato de Vereador, desde

que haja compatibilidade de horários para o exercício de ambas atribuições, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) o servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função que antes desempenhava, sendo-lhe vedada a cumulação de remunerações, e perceberá, compulsoriamente, os subsídios atribuídos ao Prefeito Municipal.

e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração percebida no serviço público, cumulando-a com a do mandato eletivo.

11. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de validade de um concurso é de até dois anos, prorrogável por uma única vez pelo período de um ano.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que demonstrados o dolo ou a culpa do agente responsável pela prática do ato.
- d) Os agentes públicos devem receber as reclamações efetuadas por qualquer pessoa, para defesa de direito próprio, que versem sobre a conduta de quaisquer autoridades do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, com fundamento na previsão constitucional do direito de petição.
- e) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, não cabendo ação penal pelos mesmos fatos.

12. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Sobre a estabilidade do servidor público, é correto afirmar que o servidor

- a) público perderá sua estabilidade por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual lhe tenham sido assegurados a ampla defesa e o contraditório.
- b) estável, demitido em razão de sentença judicial, que tenha logrado a invalidação desse título judicial, terá direito à reintegração ao cargo que ocupava. Caso o cargo tenha sido preenchido por outrem, esse servidor não será reintegrado de imediato, permanecendo em disponibilidade.
- c) estável, tendo seu cargo extinto ou declarada a sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, percebendo sua remuneração integralmente, até que seja possível seu aproveitamento em outro cargo.
- d) estável poderá perder seu cargo por insuficiência de desempenho, apenas nos três primeiros anos de efetivo exercício, mediante procedimento de avaliação periódica, que deverá ser disciplinado por lei complementar.
- e) que tenha sido aprovado por concurso público para cargo de provimento efetivo, exercido sua função por três anos efetivamente, e tenha sido favoravelmente avaliado em seu desempenho por comissão instituída para essa finalidade, adquire o direito à estabilidade.

13. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) O servidor público

- a) poderá acumular até três cargos públicos remunerados, desde que haja compatibilidade de horários ou turnos e tenha realizado os respectivos

concursos públicos.

- b) que praticar ato de improbidade poderá perder a função pública, mas não poderá ter suspensos seus direitos políticos por esse motivo.
- c) tem garantidos, constitucionalmente, o direito de greve, nos termos e nos limites a serem definidos em lei específica, e o direito à livre associação sindical.
- d) do Poder Judiciário não poderá ter vencimentos inferiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- e) deve observar, quanto aos atos que pratica, os princípios da pessoalidade e do sigilo.

GABARITO

9. E 10. C 11. D 12. E 13. C

DIREITO ADMINISTRATIVO

10. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) Determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo que será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que

- a) praticar ato definido como crime ou contravenção.
- b) durante o serviço, ainda que por ato de legítima defesa, ofender fisicamente outros funcionários.
- c) pedir ou receber empréstimo de instituição financeira oficial.
- d) exercer a advocacia administrativa.
- e) participar de manifestações públicas.

17. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) A pena disciplinar de

- a) repreensão será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.
- b) suspensão não poderá exceder 30 (trinta) dias.
- c) pena de multa será aplicada no caso de utilização indevida do dinheiro público.
- d) cassação de aposentadoria será aplicada se o funcionário praticar ato definido em lei como de improbidade.
- e) demissão a bem do serviço público será aplicada ao funcionário que praticar ato definido como crime contra a administração pública, a fé pública e a Fazenda Estadual.

18. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Para a aplicação das penas disciplinares, previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, não é competente o

- a) Prefeito.
- b) Procurador Geral do Estado.
- c) Chefe de Gabinete.
- d) Governador.
- e) Diretor de Departamento.

19. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à suspensão em

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.

20. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- a) A pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, dispensado de comparecer ao serviço pelo mesmo tempo da pena.
- b) No caso de procedimento irregular, de natureza grave, ao funcionário será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público.
- c) O funcionário suspenso manterá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- d) Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que receber ou solicitar presentes, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas.
- e) A pena de suspensão do funcionário público, que não poderá exceder 90 (noventa) dias, será aplicada pela autoridade competente da respectiva repartição onde o funcionário exerce suas funções, nos casos de indisciplina ou falta do cumprimento dos deveres.

21. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Conforme dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, a prescrição

- a) começa a correr do dia em que a autoridade competente para aplicação da pena teve conhecimento da falta.
- b) extingue a punibilidade da falta sujeita à pena de repreensão, no prazo de 3 (três) anos.
- c) é interrompida pela portaria que instaura sindicância e a que instaura processo administrativo.
- d) não corre se já tiver sido iniciada a apuração preliminar, objetivando averiguação do ocorrido.
- e) reconhecida pela Administração, extinguindo a punibilidade, impede que autoridade julgadora determine o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

22. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) A respeito do processo administrativo, consoante o disposto na Lei Estadual n.º 10.261/68, é correto afirmar que

- a) não sendo encontrado para receber a citação, o processo será suspenso até que o acusado venha a ser encontrado para ser citado pessoalmente, não correndo a prescrição nesse caso.
- b) é obrigação do acusado tomar ciência e assistir aos atos e termos do processo, devendo ser notificado de tais atos processuais.
- c) mesmo que o acusado não compareça ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las.
- d) as testemunhas arroladas pelo acusado serão obrigatoriamente intimadas a comparecer à audiência designada.
- e) a demissão do funcionário a bem do serviço público acarreta a incompatibilidade para nova investidura em cargo público, pelo prazo de 8 (oito) anos.

GABARITO

10. D 17. E 18. A 19. B 20. D
21. C 22. C

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**Direito Penal**

11. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Assinale a alternativa que exemplifica o crime de desacato.

- a) "X", de forma muito humilhante, diz a seu vizinho, funcionário público, durante um churrasco entre amigos, que ele é a pessoa mais preguiçosa e lenta que já conheceu.
- b) "X" descumpra a ordem dada pelo juiz em audiência e continua fotografando a vítima do crime sob julgamento.
- c) "X", ao deparar-se no fórum com a escrevente "Z", dirige a ela as seguintes palavras: que coisa mais linda, até parece um anjo!
- d) "X", ao ter seu veículo apreendido pelo Delegado de Polícia "Z", gesticula a ele de forma obscena utilizando o dedo médio da mão.
- e) "X", que assiste a uma partida de vôlei, zomba de um dos jogadores: Vejam como o nosso promotor público enfeita a quadra, até parece uma borboleta!

12. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Aquele que exercer atividade de que foi suspenso por decisão judicial

- a) pratica o crime de desobediência.
- b) pratica o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.
- c) pratica o crime de desacato.
- d) pratica o crime de corrupção ativa.
- e) não pratica crime.

13. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) O crime de exploração de prestígio

I. tem como condutas previstas no "caput" do art. 357 do Código Penal os verbos solicitar ou receber;

II. somente pode ser praticado por funcionário público;

III. consiste, em uma de suas modalidades, na solicitação de dinheiro ou qualquer outra utilidade a pretexto de influir em determinado elenco de pessoas indicado pela lei.

Está correto o contido apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

14. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) Determinado policial militar disse de forma impositiva ao assaltante que acabou de prender em flagrante, com o intuito de se locupletar indevidamente, que somente muito dinheiro o faria "aliviar sua barra". Tal conduta

- a) não tipifica crime.
- b) somente tipificaria algum delito caso houvesse a efetiva entrega do dinheiro.
- c) tipifica o crime de peculato.
- d) tipifica o crime de concussão.
- e) tipifica o crime de corrupção passiva.

15. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Tomando como base o crime de peculato, analise as afirmações:

I. Estão previstas no crime de peculato as condutas de apropriar-se, desviar ou subtrair dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel.

II. Especificamente quanto ao peculato culposo, é admissível a reparação do dano antes ou depois da sentença.

III. O dinheiro proveniente da prática do crime de peculato deve ser usado em proveito próprio.

Está correto somente o contido em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

16. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) A resistência qualificada consiste

- a) na oposição do agente ao ato legal mediante violência.
- b) na oposição do agente ao ato legal, causando considerável prejuízo à vítima.
- c) na oposição do agente ao ato legal mediante o emprego da violência ou ameaça.
- d) na vontade exteriorizada do agente de empregar violência ou usar de ameaça contra o funcionário competente para executar o ato legal, ou ainda, a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) na não execução do ato legal diante da resistência do agente.

17. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Receber dinheiro, iludindo o interessado, a pretexto de influir na nota a ser atribuída, para certo candidato, por Desembargador membro da banca de concurso público, para ingresso na carreira da Magistratura no Estado de São Paulo,

- a) tipifica o crime de corrupção ativa.
- b) tipifica o crime de exploração de prestígio.
- c) tipifica o crime de concussão.
- d) tipifica o crime de corrupção passiva.
- e) não é fato que recebe punição de acordo com o Código Penal Brasileiro.

GABARITO

11. D	12. B	13. B	14. D	15. C
16. E	17. B			

DIREITO PROCESSUAL PENAL

58. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.
- d) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.
- e) ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

59. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2006) A citação por precatória deve ser realizada

- a) no juízo no lugar do crime.
- b) com dia e hora marcada.
- c) se o réu estiver no território de outra comarca.
- d) a requerimento do Ministério Público.
- e) somente nos casos urgentes.

60. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) No processo penal, caso o magistrado tenha a informação nos autos de que o réu se oculta para não ser encontrado para a citação,

- a) determinará a citação por hora certa.
- b) determinará seja feita a citação por edital.
- c) declarará o réu revel.
- d) determinará a expedição de mandado de prisão preventiva.
- e) determinará, com o prazo de cinco dias, o comparecimento do réu ao cartório para ser citado pessoalmente sob pena de desobediência.

61. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Todo mandado de citação necessariamente contém:

- I. nome completo do réu;
- II. subscrição do escrivão e a rubrica do juiz;
- III. finalidade.

Está correto o contido em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

62. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) Ao efetuar uma citação por mandado, o oficial de justiça deverá

- a) tão somente entregar o mandado ao réu, pessoalmente.
- b) após citar pessoalmente o réu, adverti-lo de que caso deixe de comparecer ao ato sem motivo justificado, ser-lhe-á nomeado um defensor, e o processo seguirá sem a sua presença.
- c) entregar o mandado ao réu pessoalmente e lavrar certidão de sua aceitação ou recusa.
- d) proceder à leitura do mandado ao réu e entregar-lhe a contrafé, e ainda, certificar a entrega da contrafé e de sua aceitação ou recusa.
- e) fazer com que o réu faça aposição de ciente no original do mandado.

GABARITO

58. E	59. C	60. B	61. D
62. D			

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**21. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/ 2006) Quanto ao tempo dos atos processuais, pode-se afirmar:**

- a) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 às 20 horas.
- b) O juiz não poderá autorizar que a citação e a penhora se realizem em domingos e feriados.
- c) O prazo para resposta do réu só começará a correr no terceiro dia útil seguinte ao feriado ou férias.
- d) Sábado, domingo e dias declarados por lei são

considerados feriados.

- e) É vedada a produção antecipada de provas durante as férias ou feriados.

22. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/ 2006) Com relação à citação, é correto afirmar:

- a) Sua falta não é suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.
- b) Estando o réu ausente, será feita na pessoa de seu mandatário quando a ação se originar de ato por este praticado.
- c) Não se fará, salvo para evitar perecimento de direito, aos noivos, nos 30 primeiros dias de bodas.
- d) Quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor, nem interrompe a prescrição.
- e) Será feita pelo correio, nas ações de estado, quando for ré pessoa incapaz ou pessoa de direito público.

23. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/ 2006) Responda a assertiva correta.

- a) Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo para a parte se manifestar começa a correr do momento da assinatura do aviso de recebimento.
- b) Quando a citação é feita por edital, o prazo para contestar tem início da juntada nos autos do aviso de publicação.
- c) Os prazos para as partes têm início, salvo disposição em contrário, da intimação.
- d) As intimações podem ser feitas pelo correio, mas não poderão ser feitas em cartório.
- e) A intimação do Ministério Público poderá ser feita por correio, mandado ou pessoalmente.

24. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) É correto afirma que

- a) os atos processual são de natureza pública e privada.
- b) o princípio do sigilo dos atos processuais aplica-se indistintamente.
- c) o direito de consultar os autos é restrito apenas aos advogados.
- d) todos os atos e termos do processo podem ser produzidos por meio eletrônico.
- e) os atos processuais são válidos quando cumpridas todas as solenidades e não a sua finalidade essencial.

25. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) O juiz proferirá

- a) os despachos de expediente, no prazo de 90 dias.
- b) as decisões, no prazo de 180 dias.
- c) os despachos de expediente, no prazo de 15 dias.
- d) as decisões, no prazo de 30 dias.
- e) os despachos de expediente, no prazo de 2 dias.

26. (Escrevente Técnico Judiciário de SP/2007) A citação válida

- a) torna regular o processo de conhecimento.
- b) suspende o prazo decadencial.
- c) constitui em mora o devedor.
- d) não pode ser realizada na pessoa do curador.
- e) impede ao juiz a declaração da prescrição de ofício.

GABARITO

21. A	22. B	23. C
24. D	25. E	26. C